

TEXTOS DE APOIO



# PORQUÊ A INTERVENÇÃO POLICIAL?

CADERNO

4

a redistribuição das cartas...

APOIO AO PONTO 1.1: A QUESTÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

1. No Acto Colonial de 1930 estão consignados os princípios pelos quais se regerá durante três décadas a exploração colonial portuguesa. A um regime caracterizado pela ampla descentralização de poderes que beneficia a camarilha de grandes colonos agrupados à volta dos Altos Comissários e Governadores, e facilita os investimentos estrangeiros, sucede-se um regime fortemente integracionista e "nacional" que coloca os recursos coloniais à inteira mercê da grande burguesia portuguesa e, por um proteccionismo acentuado, fecha as portas à penetração de interesses estrangeiros.

2. O regime nacional, integracionista e ultra-colonialista, baseado na exploração intensiva do trabalho forçado e no proteccionismo ao mercado colonial, aperfeiçoa de forma decisiva a principal base de acumulação de capital para a burguesia portuguesa. A partir de 1930, acumulam-se grandes fortunas, não já só por parte dos capitalistas ligados aos monopólios da banca e do comércio e à exploração das roças, mas, cada vez mais, também por parte de uma grande e média burguesia industrial que prospera a olhos vistos sob a ditadura salazarista. Desenvolvem-se os primeiros grandes complexos industriais:

- o complexo de Riba d'Ave, fundado em 1900 por Narciso Ferreira, em breve se torna a empresa hegemónica dentro do sector têxtil, controlando o mercado colonial do algodão;

- o grupo CUF, chefiado por Alfredo da Silva, alicerçado na exploração das oleaginosas e outros produtos coloniais e na navegação, e em 1916 lança o complexo da indústria química do Barreiro;

- o grupo Sommer-Champallimaud, que começa na indústria dos cimentos de Maceira-Lis e que posteriormente se lança na exploração directa dos recursos naturais de Moçambique.

Em todos estes grupos, vamos encontrar como factores dominantes do crescimento os seguintes: a presença do capital agrário na formação do capital inicial - a imposição de baixos níveis salariais tanto na Metrópole como nas colónias, onde se pratica durante muito tempo ainda o trabalho forçado - o proteccionismo ao mercado interno e colonial - matérias primas a baixo preço - concessão de facilidades fiscais e financeiras por parte do Estado.

3. O regime centralizador que afirma "solidariedade das colónias com a economia nacional" beneficia também os interesses da média burguesia. Há sectores industriais não monopolizados que, na sua quase totalidade,

conseguiram sobreviver durante décadas, em bases técnicas deficientíssimas, exolu sivamente graças às colónias (como é o caso dos sabões, da borracha, dos vinhos, dos têxteis, etc.).

As fortunas acumuladas na exploração das roças contribuíram para a promoção de uma burguesia africanista que, por sua vez, investirá na Metrópole o capital colonial (Manuel Vinhas e a Soc. Central de Cervejas).

4. A exploração das colónias levada a cabo por todos os sectores da burguesia portuguesa é um factor poderoso que contribui de maneira decisiva para uma progressiva conversão na composição do bloco social no poder em favor de uma grande burguesia industrial, comercial e financeira que, impelida pelos lucros extraordinários da guerra, afasta progressivamente as influências conservadoras dos latifundiários e passa a controlar hegemónicamente o aparelho político, lançando no pós-guerra e primeiros anos da década de 30 as bases para o arranque industrial português, dando prioridade às indústrias de base.

5. A Lei-Organica do Ultramar Português de 1951 consagra o princípio integracionista de 1930 e confirma o Estatuto ultracolonial português. O desenvolvimento industrial da década de 50 continua e incentiva o processo da exploração colonial no parâmetro já descritos.

6. O rebentar da guerra colonial em 1961 faz convergir os interesses de toda a burguesia na manutenção do estatuto colonialista, e assim fortifica o bloco social no poder.

7. A grande burguesia detem nas colónias uma base estratégica de acumulação de capital, que é realizada por diversos meios :

- posição dominante ou em participação em trusts internacionais na exploração de produtos agrícolas, na extração mineira e na incipiente indústria transformadora;
- controle da banca e dos transportes marítimos, em regime abertamente privilegiado ;
- importação a baixo preço de matérias primas fundamentais para ramos da indústria metropolitana dominados pelo grande capital ;
- exportação de produtos manufacturados, em regime proteccionista, para o mercado colonial.

8. A burguesia não monopolista retira da rapina colonial fortes benefícios, quer a que nela participa directamente, quer a que não possui interesses directos nas colónias. A primeira : explorando roças, controlando o comércio colonial a retalho, participando minoritariamente no capital das sociedades anónimas, beneficiando largamente da importação de matérias primas e exportação de manufacturas (sobretudo provenientes de indústrias tradicionais). e segunda, como parte integrante de um sistema capitalista fortemente implantado na exploração colonial, e economicamente dependente do grande capital, veria a sua base de sustentação fortemente afectada, pela crise que se seguiria à perda do domínio económico sobre as colónias

9. As camadas populares (pequena burguesia urbana não proprietária, campesinato e operariado) são neutralizados em 1961, tanto pelo aparelho repressivo, como por uma intensa propaganda nacionalista, que aliás encontra eco numa certa consciência chauvinista desenvolvida por uma tradição de exploração colonial, à qual os seus aparelhos políticos nunca conseguiram contrapor uma verdadeira perspectiva proletária.

10. Uma solução de tipo neocolonial (independência política com dependência económica) era inevitável devido ao fraco desenvolvimento das forças produtivas na metrópole. Seria o fim da situação aduaneira privilegiada e da exploração desenfreada da mão-de-obra indígena e, perda de um poder contratual que possibilitasse a exploração em parceria com o capital estrangeiro. Ou seja, a burguesia portuguesa ficaria, mais tarde ou mais cedo totalmente afastada do bolo colonial.

11. Com o agravamento progressivo das contradições internas, nascidas da guerra verifica-se uma crescente tomada de posição anticolonialista por parte das classes populares e da juventude, e uma diminuição sensível na base de apoio ao bloco social no poder. Esse agravamento tem-se vindo a traduzir por :

- uma grave crise inflacionista, provocada por despesas militares, remessas de emigrantes e turismo, e que, conjugada com o aumento dos impostos indirectos afecta as massas populares na esfera de consumo ;

- restrições de crédito, que favorecem a centralização dos capitais em detrimento do pequeno e médio empresário assim preparando o terreno para reconversão industrial e integração europeia;

- uma acentuada falta de mão-de-obra, provocada pela emigração crescente e pelas exigências do serviço militar, que afecta sobretudo os proprietários rurais e os sectores mais desfavorecidos da indústria e do comércio.

12. A partir de 1961, assiste-se a um constante fluxo de capitais estrangeiros em investimentos tanto na economia metropolitana como nas colónias. Esses investimentos em numerosos casos feitos com a participação de grupos nacionais, concentram-se nas colónias sobretudo no sector das indústrias extractivas. Através do seu instrumento político que lhe assegura a dominação das colónias pela guerra colonial, a burguesia portuguesa grangeou um poder contratual que apenas a sua base económica não lhe concederia. Esse maior poder contractual traduz-se numa implantação efectiva de capital nacional nas colónias em regime de parceria com o internacional, e na aceleração do processo de agregação dos grupos financeiros e industriais portugueses aos grandes trusts imperialistas

13. A já referida centralização de capitais com a progressiva eliminação de muitas pequenas e médias empresas, leva a uma unificação de certos sectores da pequena e média burguesia à adesão de Portugal ao movimento de integração europeia, ao que são acompanhados pelas burguesias fundiária e por certos sectores da burguesia industrial interessada na exploração colonial "strictu sensu". São estes os princi-

país sectores que apoiam o "integracionismo", no sentido da criação do decantado "espaço económico português".

14. A integração europeia sendo inevitável, é perfeitamente compatível com a manutenção dos interesses dos grupos financeiros e industriais subsidiários dos "trusts" imperialistas na exploração colonial em virtude do poder contratual já adquirido.

15. A rápida alteração do conteúdo da guerra a princípio nacionalista e baseada em alianças com o imperialismo (caso da UPA) e depois, popular de libertação nacional de base anti-imperialista levou a que dada a importância da África Austral para o imperialismo este apoiasse militar e economicamente o bloco social no poder em Portugal. A diferença entre 1961, com Portugal "orgulhosamente só", e 1971 com uma reunião da NATO em Lisboa é de facto bastante visível.

16. As actuais reorganizações político-administrativas coloniais são um primeiro passo para uma autonomia que, a médio prazo, sem revestir as características de "apartheid", permitirá o reforço da implantação imperialista na África Austral (dominada por uma minoria branca) e trará vantagens políticas ao bloco social no poder em Portugal.

17. Este projecto passa por uma neutralização dos movimentos de libertação através da supressão das suas bases logísticas e apoio em países limítrofes - o que poderá ser conseguido através do fomento de golpes nesses países (veja-se o caso da invasão da Guiné-Bissau).

... é evidente que o projecto das classes dominantes não será possível sem modificações das condições de luta em África (cada vez mais desfavorável ao colonialismo) e sem a neutralização da resposta à guerra que se vem acentuando no povo português.